

# Ultraje e revolta

**Jota Alcides**

Editor-Chefe

É ultrajante e revoltante. Milhões de brasileiros, indignados com desmandos políticos que enormes prejuízos têm causado à vida nacional estão novamente diante de uma constatação deplorável e degradante, como a que surge veementemente das investigações que são realizadas pela CPI do Orçamento. A rede de corrupção montada em torno da Comissão de Orçamento do Congresso está revelando o que já se considera o maior escândalo político do País. Avolumam-se as denúncias e aumenta a perplexidade que trazem as averiguações.

É inacreditável. Enquanto o Brasil inteiro, em 1992, ansiosa e tensamente, ocupava ruas e praças públicas em memorável cruzada pela moralidade pública, acompanhando atentamente a CPI sobre o esquema de corrupção de PC Farias, que acabou derrubando o governo Collor, o deputado João Alves, ausente das comissões e do plenário do Congresso, mantinha engenhosa e rendosa atividade lúdica, jogando fabulosas quantias agora descobertas como originárias do Orçamento da União em prêmios lotéricos. O dinheiro público desviado e transformado em prêmios para felicidade de uma pessoa.

É abominável. Pelas contas da própria Caixa Econômica Federal, apresentadas à CPI do Orçamento, o deputado chegou a gastar, aproximadamente, 30 milhões de dólares nas diversas modalidades de loterias oficiais para garantir, pelo menos, cerca de dez milhões de dólares em prêmios conquistados. Os levantamentos efetuados pela CPI identificam, claramente, lavagem de dinheiro obtido ilicitamente pelo ex-relator do Orçamento. Nenhum jogador, por mais inveterado, arriscaria tão extraordinariamente para também perder tão extraordinariamente. O desperdício de 20 milhões de dólares não devia ter o menor sentido porque proveniente de comissões na manipulação de verbas orçamentárias. O dinheiro público, enfim, levado à usurpação e tornado dinheiro priva-

do.

Verbas faltam para alimentação de 32 milhões de brasileiros que sofrem na miséria, morrendo de fome. Verbas faltam para manutenção de escolas e para quase nove milhões de crianças fora do acesso ao ensino. Verbas faltam para a merenda escolar, na verdade única alimentação possível para milhares de crianças carentes filhas de famílias igualmente necessitadas. Verbas faltam para construção de novas moradias, enquanto mais de 60 milhões de brasileiros enfrentam o drama da casa própria. Verbas faltam para equipar hospitais e oferecer assistência digna ao povo sofrido sem alternativas para curados com sua saúde. Até seringas, algodão, mercúrio e esparadrapo faltam em hospitais públicos porque faltam recursos. Porque somas espantosas do Orçamento público são desviadas e utilizadas escusamente para engordar fortunas pessoais de políticos desonestos.

É ultrajante e revoltante. O descobrimento da verdade, ainda sob apuração, indica que o esquema operado pelo deputado João Alves, além de transformar milhões de dólares do bem comum em benefício privado, ainda cometeu a ousadia de violentar o sonho permanente de milhões de brasileiros. A constatação de que um apostador sozinho ganhou 24 mil prêmios lotéricos significa exatamente que milhares de outros apostadores jogaram repetidas vezes sem nenhuma chance de êxito. Sonharam inutilmente, sendo previamente lesados.

Felizmente, mantém-se o sonho da maioria de que um dia o Brasil terá tratamento ético e moral na administração dos recursos públicos. O papel do político ou do homem público é agir sempre com dignidade e honradez na defesa do interesse comum, do bem coletivo, dando exemplo e persuadindo os cidadãos a assumirem, conscientemente, aquilo que os gregos antigos denominavam **eupraxia**, isto é, fazer bem para bem viver. Usar o poder político para exploração do bem comum e para enriquecimento ilícito é um crime contra a sociedade, ultrajante e revoltante.